

ROBERTA SOARES DA SILVA

O PRINCÍPIO DA CONTRAPARTIDA NO SISTEMA DE SEGURIDADE SOCIAL

O ORÇAMENTO EM DESTAQUE



Rua Itupava, 118 – Alto da Rua XV, CEP 80045-140 Curitiba – Paraná
Fone: (41) 3075.3238 • Email: alteridade@alteridade.com.br
www.alteridade.com.br

Conselho Editorial

Carlos Luiz Strapazon
Claudia Rosane Roesler
Daniela Cademartori
Fabiano Hartmann Peixoto
Guido Aguila Grados
Ingo Wolfgang Sarlet
Isaac Reis

Jairo Enrique Herrera Pérez
Jairo Gilberto Schäfer
José Antonio Savaris
Marcos Garcia Leite
Luis Alberto Petit Guerra
Paulo Márcio Cruz
Zenildo Bodnar

S586p Silva, Roberta Soares da.

O princípio da contrapartida no sistema de seguridade social :
orçamento em destaque / Roberta Soares da Silva. – 1. ed. Curitiba
: Alteridade Editora, 2023.
264p.: 14,5 x 21,5cm

ISBN 978-65-89533-65-8

1. Orçamento social. 2. Previdência social. 3. Princípio da con-
trapartida. 4. Seguridade social. I. Título.

CDD 344.8102 (22.ed)
CDU 34:368.4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Catalogação: Angela Schmidt da Rosa CRB-14/1171
Capa: Carla Botto
Diagramação: Peter Fritz Strotbek – The Best Page

SUMÁRIO

Apresentação	13
Prefácio	17
Capítulo I – A Seguridade Social e sua Trajetória Rumo à Consolidação dos Direitos Fundamentais	19
Considerações iniciais	19
1.1. Direitos fundamentais e suas dimensões de direitos.....	21
1.2. Evolução dos direitos fundamentais de primeira dimensão...	21
1.3. Evolução dos direitos fundamentais de segunda dimensão ...	24
1.4. Evolução dos direitos fundamentais de terceira dimensão	26
1.5. Considerações finais	28
1.6. Evolução histórica da seguridade social.....	31
1.6.1. Evolução no plano internacional	31
1.6.2. Evolução da seguridade social no Brasil	34
1.7. Considerações finais	41
1.8. Conceito contemporâneo de seguridade social	41
1.9. A noção de risco social na modernidade.....	44
1.9.1. O pensamento de Ulrich Beck	44
1.10. A seguridade social na Constituição Federal de 1988	57
1.10.1. Previdência social	58
1.10.2. Assistência social.....	61
1.10.3. Saúde	63

Capítulo II – Princípios e Regras – Uma Visão Panorâmica: O Princípio da Contrapartida em Destaque.....	67
2.1. Conceito de princípio	67
2.2. Diferenças entre princípios e regras	72
2.3. Pressuposto lógico – Notas propedêuticas.....	83
2.4. Conceito de sistema – Notas propedêuticas.....	86
2.5. A força normativa dos princípios	91
2.6. A proporcionalidade como princípio informador: vetor de ponderação na interpretação entre princípios.....	96
2.7. Considerações finais	101
2.8. A dignidade da pessoa humana como sobreprincípio e fundamento do ordenamento jurídico pátrio	103
 Capítulo III – Princípios Constitucionais da Seguridade Social na Constituição de 1988: Alicerces e Fundamentos Axiológicos do Sistema de Proteção Social	 111
3.1. O princípio da solidariedade: núcleo essencial do sistema de proteção social	111
3.2. Princípios expressos da Seguridade Social: análise do art. 194 da Constituição Federal de 1988	117
3.2.1. Universalidade da cobertura e do atendimento.....	118
3.2.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais	120
3.2.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	121
3.2.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios.....	123
3.2.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	125
3.2.6. Diversidade da base de financiamento	127
3.2.7. Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados	130
3.3. O objetivo da descentralização administrativa – Notas propedêuticas.....	133
3.4. Considerações finais	135

Capítulo IV – O Princípio da Contrapartida: Norma Constitucional em Análise	138
4.1. Conceito.....	138
4.2. Evolução histórica do princípio da contrapartida.....	140
4.2.1. Motivos históricos do desrespeito ao princípio da contrapartida.....	142
4.2.2. Breves considerações sobre o Tribunal de Contas da União e controle estatal.....	146
4.2.3. A crise da legalidade ou a crise do Poder Legislativo? – Notas propedêuticas.....	149
4.3. Ordem econômica na Constituição de 1988: parâmetros mínimos para a aplicação do princípio da contrapartida	155
4.3.1. Breve histórico sobre o conceito de planejamento no pensamento de Betty Mindlin e Celso Lafer	159
4.3.2. Conceito de planejamento.....	161
4.4. Ordem social na Constituição de 1988: contributo para intelecção dos objetivos magnos e incidência do princípio da contrapartida.....	166
4.4.1. O valor social do trabalho	167
4.4.2. A ideia do valor justiça social.....	168
4.4.3. A ideia do valor bem-estar social.....	170
4.5. As leis orçamentárias como instrumento de planejamento estatal: bases sólidas para a operacionalização do Sistema de Seguridade Social.....	172
4.5.1. Breves considerações sobre o processo de elaboração do Orçamento da União: a lei de diretrizes orçamentárias em destaque	179
4.5.2. O orçamento da Seguridade Social.....	183
4.5.3. A crise do “orçamento social” no Brasil	187
4.5.4. O anteprojeto para uma Constituição para o desenvolvimento democrático: o planejamento em destaque.....	192
4.5.5. Breves considerações sobre a evolução histórica da gestão da seguridade social: o planejamento em destaque.....	194

4.6. Benefícios: necessidades sociais selecionadas e distribuídas segundo critérios principiologicos	196
4.7. Contribuições: o custeio em destaque.....	199
4.7.1. O financiamento da Seguridade Social no Brasil: quem paga a conta?.....	206
4.8. Considerações finais	209
Capítulo V – O Princípio da Contrapartida: Equilíbrio, Manutenção e Concretização Protetiva do Sistema.....	215
5.1. Proposta de Emenda Constitucional do “orçamento social”: ecos de proposta legiferante.....	215
5.2. Princípio da contrapartida como limite das satisfações individualistas em prol da solidariedade social	218
5.3. Princípio da contrapartida e segurança jurídica para os filiados ao sistema	221
5.4. Princípio da contrapartida como instrumento de cidadania e equilíbrio do sistema	224
5.5. Princípio da contrapartida e princípio da proibição do retrocesso social	226
5.6. Princípio da contrapartida e a “cláusula da reserva do possível”	229
5.7. O princípio da contrapartida no âmbito dos Tribunais Superiores	232
5.7.1. Revisão de benefício e a contrapartida	232
5.7.2. Averbação de tempo de serviço rural e a contrapartida	234
5.7.3. Inobservância da contrapartida	237
5.8. Considerações finais	246
Conclusão	248
Referências Bibliográficas.....	257